

Novo currículo e mais verbas, pede 2º-Grau

- 1 NOV 1986

Revisão do ensino de 2º grau com a reformulação dos currículos e dos cursos profissionalizantes, criação do estatuto nacional do magistério e ampliação dos recursos destinados à educação, através da revisão da lei Calmon. Estas foram as principais propostas apresentadas por representantes do ensino do 2º grau de cinco regiões (Norte, Nordeste, Sudeste, Centro-Oeste e Sul) à Comissão Nacional para a reforma do ensino público de 2º grau.

As propostas das regiões foram desenvolvidas com base na discussão da pre-proposta de política para o ensino de 2º grau elaborada pela comissão em maio deste ano. A partir destas sugestões, a comissão vai elaborar um documento final que definirá uma nova política para o 2º grau.

O documento, depois de

aprovado pela Secretaria de Ensino de 2º grau do MEC, será discutido durante o próximo encontro nacional de representantes do ensino de 2º grau, a ser realizado em Belo Horizonte nos próximos dias 24 e 26 de novembro. Em seguida será examinado pelos Conselhos Estaduais de Educação e Federal de Educação (CFE).

Através da elaboração de uma nova política para o ensino do 2º grau, o Ministério da Educação pretende solucionar os problemas considerados clássicos deste ensino, entre eles as questões ligadas às altas taxas de evasão e repetência. Segundo o coordenador do ensino regular de 2º grau, José Fusari, mais de 50 por cento dos alunos que deixam de estudar acabam abandonando os cursos noturnos das escolas públicas. A questão agrava-se diante do fato de que mais de 50 por cento dos cursos

de 2º grau oferecidos pelas escolas públicas são ministrados no horário noturno.

CURRÍCULO ÚNICO

Heliane Moraes Nascimento, integrante da comissão nacional responsável pela elaboração de uma nova política para o 2º grau, afirma que o MEC já está trabalhando na revisão do currículo do ensino de 2º grau, com base na proposta de criação de um currículo único para todas as regiões.

Ela informa que entre as propostas enviadas à comissão pelos representantes regionais encontra-se a reivindicação de melhoria da qualidade dos cursos profissionalizantes. "Os representantes defendem a necessidade de definição de critérios para a abertura de novo cursos de profissionalização para evitar improvisações neste setor".